

Senadores exigem a apuração de denúncias

Embora discordem sobre a necessidade de CPI, senadores do governo e da oposição cobram investigação da denúncia de Roberto Jefferson de que tesoureiro do PT pagava mesada a deputados da base de apoio



Moreira Mariz



Moreira Mariz



Moreira Mariz



Gerardo Alagôlo



As denúncias do presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson, sobre pagamento de R\$ 30 mil mensais a deputados do PP e do PL para que votassem a favor de projetos do governo dominaram ontem os debates em Plenário. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, anunciou convite a 30 pessoas citadas por Roberto Jefferson para que prestem esclarecimento a comissão do Senado. Diversos parlamentares da oposição – incluindo os lí-

deres do PFL, José Agripino, e da Minoria, José Jorge – e alguns governistas, como Cristovam Buarque, defenderam a instalação de CPI para apurar denúncias de corrupção. Os líderes do governo e do PT, Aloizio Mercadante e Delcídio Amaral, ressaltaram que o governo tem oferecido combate sistemático à corrupção. O presidente do Senado, Renan Calheiros, enfatizou que não permitirá que maus políticos contaminem a imagem do Legislativo.

Recurso contra CPI dos Correios deve ser votado

Em reunião marcada para hoje, às 15h, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara deve votar recurso do deputado João Leão contra a decisão de se criar

uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) para investigar denúncias de corrupção nos Correios. O deputado disse que não há "fato determinado" a ser apurado pela comissão.

REPERCUSSÃO Plenário acompanha atentamente debate sobre acusações de corrupção. Virgílio diz que "quem pactuou é corrupto", enquanto Mercadante aponta ações do governo e Renan defende a imagem do Legislativo

Páginas 3 a 7

Senado começa a estudar a desburocratização do país

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assinará amanhã ato instalando comissão especial para elaborar projeto de redução da burocracia no país. No mesmo momento, cerca de 2 mil lideranças empresariais apresentarão proposta de uma lei para microempresas.

Página 8



Maciel pede mais atenção para o Nordeste

Página 7

Justiça e MP entram na era do controle externo

Em solenidade no Palácio do Planalto, prevista para amanhã, às 17h30, o presidente Lula nomeia os 15 membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os 14 do Conselho Nacional do Ministério Público. Esses conselhos foram criados pela reforma do Judiciário.

Página 8



MOROSIDADE Segundo Raupp, a burocracia na obtenção de licenças vem retardando empreendimentos

Raupp teme atraso em licenciamentos ambientais

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou ontem as ações do Ministério do Meio Ambiente e da Polícia Federal contra a exploração criminosa de madeira. Mas manifestou temor de atrasos na emissão de licenças ambientais. O senador citou o jornal *Gazeta Mercantil*, segundo o qual a burocracia já vem impedindo a instalação de 21 empreendimentos. Entre eles, estariam algumas usinas hidrelétricas.

O senador disse que, conforme a Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), os entraves ambientais estão ligados ao grande número de órgãos que influenciam na obtenção da licença. Segundo Raupp, a ABCE propôs a unificação de exigências entre os órgãos licenciadores.

Desmatamento

Raupp enfatizou a necessidade de interromper o desmatamento na Amazônia. Ele apoiou a atuação do governo para coibir as irregularidades em torno da retirada de madeiras. Defendeu também a realização de investimentos para duplicar a produção madeireira sem danos ao meio ambiente.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Agenda

Seis projetos trancam a pauta

A sessão de hoje, às 14h, está com os trabalhos trancados por seis projetos de conversão (PLVs) originados de medidas provisórias (MPs). Entre os mais polêmicos, destaca-se o que deu a alguns municípios

a possibilidade de excluir créditos para o programa de iluminação (Reluz) dos limites de endividamento previstos por lei (PLV 11/05). Os demais itens da pauta só podem ser analisados depois da votação dos PLVs.



Renan conversa com representante da China

O presidente do Senado, Renan Calheiros, tem audiência, às 11h, com a vice-presidente do Comitê Permanente da Assembléia

Popular Nacional da China, Gu Xiulian; às 15h30, com o presidente eleito da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Às

18h, Renan deverá participar da cerimônia de abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção.

Parcelamento rural e urbano em discussão

Entre os itens em discussão na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 9h30, encontra-se a proposta que exclui os programas oficiais de incentivo à agricultura familiar das restrições impostas pelo Estatuto da Terra ao

parcelamento de imóveis rurais (PLC 31/04). Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle (CMA) vota projeto que vincula o parcelamento urbano à implantação de infra-estrutura básica (PLS 288/05).



Presidente do Banco Central chileno na CAE

O presidente do Banco Central do Chile, Vittorio Corbo, comenta a experiência da instituição, autônoma desde 1989, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h. Já a Comissão Mista de Orçamento (CMO) ouve o ministro do

Planejamento, Paulo Bernardo (foto), sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), às 11h. O relatório da reestruturação do processo orçamentário volta a ser discutido pela comissão especial, às 19h.

Corrupção em Rondônia é tema de audiência

A comissão especial de Rondônia ouve, às 10h, os deputados estaduais Carlão de Oliveira, Ronilton Capixaba, Daniel Néri e João da Muleta sobre as denúncias de corrupção apresentadas pelo governador Ivo

Cassol. No mesmo horário, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) pode discutir a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).



Crianças desaparecidas

O primeiro item da reunião da Comissão de Educação (CE), às 11h, é o projeto que obriga as emissoras de televisão a veicular imagens de crianças desaparecidas (PLS 90/04). Além disso, duas propostas em tramitação conjunta reservam vagas em concursos públicos para os índios (PLSs 136/00 e 155/00).

Mulher na política

Será realizada hoje, às 9h, no auditório do Interlegis, a videoconferência "Lugar de Mulher é na Política". O objetivo é debater uma reforma política que democratize a participação de segmentos como mulheres, afrodescendentes, povos indígenas e jovens. Serys Slhessarenko (PT-MT) representará a bancada feminina do Senado.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Maria da Conceição Lima Alves, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



INTERESSE Para Paim, se área não tivesse adquirido alto valor comercial, não haveria litígio

Paim defende direito de quilombolas à posse da terra

O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou ontem apoio aos moradores do Quilombo dos Silva, uma comunidade localizada em Porto Alegre. Os quilombolas foram ameaçados de despejo pela Justiça do estado. Segundo Paim, as 12 famílias que vivem na área receberam no último sábado um termo de reconhecimento de posse emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá).

– Se a área em litígio não tivesse se transformado em área de alto valor comercial, cercada por condomínios de luxo, não haveria disputa – ponderou o senador, referindo-se à tentativa de despejo ordenada pela Justiça e que não foi levada a cabo depois da intervenção do Incra, de representantes do Movimento Negro gaúcho e do deputado estadual Edson Portilho (PT).

Meio ambiente

Paim registrou ainda a passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado no último domingo. Ele alertou para ameaças contra a natureza, como poluição, diminuição da camada de ozônio, extinção de espécies e desmatamento da Amazônia.

O senador protestou contra o aumento da área desmatada no Brasil, mas ressaltou as medidas tomadas pelo governo para diminuir o problema. Ele mencionou o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial sobre Desmatamento na Amazônia, que busca valorizar a floresta, promover o ordenamento territorial e controle ambiental.

Sobre a matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em que o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) diz que o PT pagava mesada aos parlamentares do PL e do PP, Paim afirmou não acreditar nessas denúncias e apoiou a idéia de chamar Jefferson para se explicar.



Sessão de ontem foi marcada por diversos pronunciamentos em torno de entrevista do deputado Roberto Jefferson sobre suposto pagamento, pelo PT, de quantia mensal a deputados do PP e do PL para que votassem em favor de projetos do governo federal

Denúncia de mesada a deputados tem forte repercussão no Senado

As denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, de que o PT pagava R\$ 30 mil por mês ("mensalão") aos deputados do PP e do PL para que votassem favoravelmente projetos do governo tiveram, ontem, uma forte repercussão no Senado, assim que foi iniciada a sessão.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) anunciou convite a 30 pessoas citadas na entrevista para que prestem esclarecimentos a comissão do Senado. Sustentou que, se o presidente Lula afastar pessoas denunciadas, o PSDB está disposto a conversar com o Executivo sobre uma agenda de projetos que mereçam aprovação, sustentando a governabilidade.

O líder do bloco da Minoria, José Jorge (PFL-PE), comunicou o envio de requerimento a comissão da Casa convidando o próprio Roberto Jefferson para que ele confirme as denúncias. Senadores governistas, entre eles Delcídio Amaral (MS), líder do PT, Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do



CONCENTRAÇÃO Debate no Plenário sobre novas denúncias de corrupção prende atenção dos senadores

governo, Paulo Paim (PT-RS) e Serys Slhessarenko (PT-MT) reafirmaram total confiança no presidente Lula. Eles destacaram os avanços já obtidos pelo governo e as dezenas de operações da Polícia Federal contra a corrupção.

Conforme Roberto Jefferson, na entrevista, o pagamento teria sido feito até o começo deste ano por Delúbio Soares, tesoureiro nacional do PT. O

deputado afirmou ter comunicado o fato a Lula, que chorou na ocasião. Disse também que informou sobre o "mensalão" aos ministros José Dirceu, da Casa Civil, e Antonio Palocci, da Fazenda. O deputado salienta ter rejeitado, em nome de seu partido, a oferta de dinheiro.

Roberto Jefferson é um dos citados nas denúncias de corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB),

veiculadas pela imprensa. Enquanto era filmado por uma câmera oculta, recebendo propina, o ex-chefe do Departamento de Contratações dos Correios Maurício Marinho afirmou que pedia dinheiro para o PTB em nome do parlamentar. Já o ex-presidente do IRB Lídio Duarte disse, em gravação divulgada pela revista *Veja*, ter sido pressionado pelo deputado a destinar R\$ 400 mil por mês ao seu partido.

Virgílio quer explicações dos 30 citados

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou em Plenário a apresentação de requerimento convidando ministros, deputados federais e outros citados na entrevista do deputado Roberto Jefferson ao jornal *Folha de S. Paulo*, publicada ontem, para darem explicações sobre as denúncias. Roberto Jefferson acusa o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, de manter esquema de propinas mensais a parlamentares aliados do governo em troca de apoio no Congresso.

O senador vai entregar o requerimento à Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado.

– Quem pactuou é corrupto, quem soube e não denunciou é prevaricador. Isto se aplica ao presidente Lula e aos demais membros do governo. Não



GRAVIDADE Virgílio sugere que governo se defenda e investigue as responsabilidades no episódio

elegemos um presidente para chorar, mas para investigar todas as denúncias de corrupção – afirmou Virgílio, ao sugerir que o governo se defenda e apure as responsabilidades.

Entre os convidados estão os ministros da Fazenda, Antonio Palocci; da Casa Civil, José Dirceu; da Integração Nacio-

nal, Ciro Gomes; do Turismo, Walfrido Mares Guia; e da Coordenação Política, Aldo Rebelo. Virgílio quer o comparecimento, também, dos deputados Roberto Jefferson (presidente do PTB), Miro Teixeira (PT-RJ), José Janene (PP-PR), José Múcio (PTB-PE), Pedro Corrêa (PE – presidente do PP), Iris Simões (PTB-PR), Carlos Rodrigues (PL-RJ), Waldemar Costa Neto (PL-SP), Pedro Henry (PP-MT), Arlindo Chinaglia (PT-SP) e João Lyra (PTB-AL).

O senador pede ainda o comparecimento do presidente do PT, José Genoíno; do ex-presidente do IRB Lídio Duarte; e dos ex-diretores dos Correios Antônio Osório e Maurício Marinho, entre outros.

– Ou Roberto Jefferson faltou com a verdade ou prevaricaram diversas autoridades de peso neste país – frisou ele.



PUNIÇÃO Papaléo Paes cobra apuração dos fatos relatados pelo presidente nacional do PTB

Papaléo defende a exclusão dos culpados

Ao defender a apuração das denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) afirmou, ontem, que os

O que se disse

"O presidente não tem que chorar, tem que governar."

Arthur Virgílio (PSDB-AM)

"Não temos medo de cortar na nossa própria carne."

Delcídio Amaral (PT-MS)

"Se perdermos a crença das pessoas, quantas décadas levaremos para reconstruir o partido?"

Cristovam Buarque (PT-DF)

"É duro um parlamentar cumprir sua obrigação e ser jogado num mar de lama, junto com outros acusados."

Papaléo Paes (PMDB-AP)

"O presidente Lula merece um crédito de confiança da nação, mas deve se livrar dos maus companheiros."

Heráclito Fortes (PFL-PI)

"As acusações muitas vezes não visam a um interesse nacional maior, mas simplesmente à luta pelo poder."

Roberto Saturnino (PT-RJ)

parlamentares citados precisam se defender para evitar que todos sejam "jogados no mesmo balaio".

Ele disse que, após a investigação, devem ser excluídos os que forem comprovadamente culpados, que estariam depreciando a instituição legislativa. "É duro um parlamentar cumprir sua obrigação e ser jogado num mar de lama, junto com outros acusados", frisou Papaléo Paes.

O senador comentou também as denúncias de corrupção no estado de Rondônia, onde deputados estaduais teriam pedido propina ao governador.

– O povo nos elege pela confiança que deposita em nós. E quando se assiste àquele quadro, que não deixa dúvidas sobre a prática de corrupção no estado, ficamos chocados.

Em aparte, recebeu apoio de Paulo Paim (PT-RS).



Parlamentares pedem em Plenário a criação de uma comissão de inquérito para esclarecer denúncias de pagamento de mesada a deputados da base governista. Cristovam apóia a investigação e senadores do PFL advertem para a gravidade da crise

Para Antonio Carlos, "o PT não merece mais o respeito do Brasil"

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) "não contou tudo ainda", afirmou ontem o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O senador estava se referindo à entrevista de Jefferson na qual o deputado acusa o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), Delúbio Soares, de pagar propina mensal a deputados da base para

garantir apoio no Congresso. Antonio Carlos disse que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva não toma providências para investigar as denúncias. Disse ainda que o PT "não merece mais o respeito do Brasil".

– Essa situação não pode mais perdurar, a situação é de catástrofe. Não estamos pregando golpe, queremos vencer

nas urnas e vamos vencer, não porque sejamos ótimos, mas porque o PT é ruim demais. Na administração pública, o PT não procedeu como a população esperava – atacou.

O parlamentar baiano classificou as denúncias de propina nos Correios e da existência de um "mensalão" como graves e dramáticas. Ele chamou

Delúbio de "homem da mala" e afirmou que já havia ouvido boatos sobre a mesada a deputados, não tendo, no entanto, nela acreditado.

– Chegamos a uma situação que, ou o presidente não governa e seus auxiliares fazem essa série de roubalheiras ou, se ele governa, passa a ser, o que não acredito, conivente – afirmou.



DECEPÇÃO Segundo ACM, o Partido dos Trabalhadores, no governo, frustrou expectativas da população

O que se disse

"De agora em diante, a criação e instalação de uma comissão parlamentar de inquérito não interessa só à oposição. Ela também interessa ao governo, que poderá se defender e, se for possível, esclarecer os fatos que estão aí colocados."

José Jorge (PFL-PE), líder da Minoria

"O impeachment do ex-presidente (Fernando Collor) ocorreu a partir de uma denúncia da cozinha da Casa da Dinda. O escândalo da vez tem início na Câmara dos Deputados e vai às vísceras do Palácio do Planalto e do partido que está no poder."

Demostenes Torres (PFL-GO)

"Roberto Jefferson ainda não contou tudo."

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)

Cristovam defende CPI para apurar "mensalão"

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) defendeu ontem a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias de corrupção no governo. Para o senador, essa é a única forma de conter o descontentamento dos brasileiros, especialmente dos militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e da esquerda em geral.

– As últimas notícias geraram uma crise profunda no humor e na crença dos militantes do PT. Temos que fazer um esforço muito grande para esclarecer tudo isso e não há outro caminho a não ser por meio de uma CPI. Se perdermos a crença das pessoas, quantas décadas levaremos para reconstruir o partido? – questionou ele.

Cristovam disse que o Congresso pode sofrer uma crise institucional de descrédito, já que, aos olhos da opinião pú-



DESCRÉDITO Cristovam teme que o Congresso sofra crise institucional, caso denúncia não seja esclarecida

blica, passa a ser uma Casa que recebe "mensalão". Ele frisou que nenhum dos parlamentares está excluído disso.

– Eu temo que não haja consciência plena dos dirigentes do PT para perceber essa crise. Eu acho que tão concentrados estão eles em abafar a CPI que estão deixando de lado a chan-

ce de salvar um dos grandes patrimônios do Brasil, que é o Partido dos Trabalhadores – completou.

O parlamentar comentou a pesquisa divulgada na edição de domingo do jornal *Folha de S. Paulo*, sobre o humor da população brasileira. De acordo com a pesquisa, estão satisfeitos os exportadores e os donos do capital financeiro, ao passo que estão descontentes os servidores públicos civis e militares, os professores, os profissionais liberais, os militantes do PT e todos aqueles que não se conformam com o noticiário sobre a corrupção.

Para Cristovam, "os sinais estão trocados".

– O que esperávamos é que estivessem contentes os professores, os servidores, as crianças na escola. Mas estão contentes aqueles que deveriam estar descontentes – disse.

Demostenes compara crise ao impeachment de Collor

Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito, que ele chamou de a "CPI do Governo Lula", para apurar denúncias de corrupção, "tornou-se inexorável". As consequências da investigação, disse, podem levar a um "impasse institucional" semelhante ao que levou ao impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo.

– Há muita similaridade. Ape- nas se inverteu o termo inicial do mar de lama. O impeachment do ex-presidente ocorreu a partir



RISCO Demostenes: "O escândalo do 'mensalão' está adquirindo contornos mais graves a cada minuto"

de uma denúncia da cozinha da Casa da Dinda. O escândalo da vez tem início na Câmara e vai às

vísceras do Planalto e do partido que está no poder – comparou.

Demostenes comentou a entrevista de Roberto Jefferson (PTB) à *Folha de S. Paulo*, na qual o deputado relata que o PT pagava mesadas à base governista. O "escândalo do mensalão", afirmou, "está adquirindo contornos mais graves a cada minuto". Ele chamou o tesoureiro do PT de "Delúbio PC Soares", em referência ao tesoureiro de Collor, Paulo César (PC) Farias, e disse que "o lobo do PT é o próprio PT".

Diante da declaração do go-

vernador de Goiás, Marconi Perillo, que afirmou ter alertado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o pagamento das mesadas há um ano e meio, o senador assinalou não entender por que o esquema só foi interrompido em janeiro de 2005, segundo Jefferson.

O parlamentar criticou os argumentos de que a investigação da Polícia Federal substituiu o trabalho do Congresso.

– Nós, além dos requisitos constitucionais, conhecemos a questão politicamente – completou.

José Jorge propõe que CCJ ouça Roberto Jefferson

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), comunicou ontem ao Plenário que encaminhou requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) convidando o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) a prestar esclarecimento, em que poderá confirmar as acusações que fez contra o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, em entrevista publicada pela *Folha de S. Paulo*. Jefferson afirmou que o tesoureiro do PT pagava uma mesada no valor de R\$ 30 mil (o chamado "mensalão"), desde o início de 2003, a deputados do PP e do PL para que eles votassem com o governo.

– De agora em diante, a criação e instalação de uma CPI não interessa só à oposição. Ela também interessa ao governo, que poderá se defender e, se for possível, esclarecer os fatos – propôs o líder.

José Jorge considerou que "isso que está acontecendo é subproduto da CPI dos Correios, que ainda não saiu".

Em aparte, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) disse que a nação exige que os trabalhos da CPI comecem imediatamente.



PRESSÃO As novas denúncias são "subproduto da CPI dos Correios, que ainda não saiu", diz José Jorge



Em defesa do governo, os senadores Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral e Roberto Saturnino garantem que todas as denúncias estão e continuarão sendo apuradas. Geraldo Mesquita Júnior e Arthur Virgílio cobram investigação parlamentar



ESTRANHEZA Mesquita Júnior: Lula disse que "assinaria cheque em branco" para Roberto Jefferson

Governo não tem como contestar CPI, diz Mesquita

Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) considerou as declarações de Roberto Jefferson suficientes para justificar uma nova comissão de inquérito: a CPI do "mensalão".

Segundo ele, um governo que produz tantos fatos negativos, e envergonha a sociedade de tal forma, nem sequer tem como contestar qualquer tentativa de apuração por meio de CPIs.

No entendimento do senador, tanto a CPI dos Correios quanto a CPI do "mensalão" poderiam funcionar concomitantemente no Congresso.

O senador se disse ainda estarecido por ter lido recentemente nos jornais declaração do presidente Lula de que "assinaria um cheque em branco" para Roberto Jefferson.

Saturnino lembra denúncia contra Vargas, JK e Jango

Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que as denúncias de corrupção contra o governo lembram as que foram feitas contra Getúlio Vargas pouco antes de seu suicídio, às quais disse ter assistido "com um misto de preocupação e horror", e também as que foram levantadas contra Juscelino Kubitschek e João Goulart.

O senador recordou que as respectivas investigações não levaram ninguém à prisão por corrupção, e observou que as acusações "muitas vezes não visam a um interesse nacional maior, mas, simplesmente, à luta pelo poder".

Saturnino defendeu a investigação das novas denúncias, "embora a fonte dessas informações [Roberto Jefferson] não mereça confiança".

Mercadante: a corrupção nunca foi tão combatida

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse ontem que em poucos momentos da história do país houve um combate tão intenso à corrupção. A afirmação de Mercadante foi feita em resposta aos parlamentares da oposição, que exigiram a investigação da denúncia do presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson, segundo a qual parlamentares do PP e do PL recebiam uma mesada para votarem a favor do governo no Congresso.

Mercadante ressaltou algumas ações do governo no combate à corrupção, como a destinação de mais verba para a Polícia Federal e a elevação da Controladoria Geral da União à categoria de ministério.

– As operações da PF não têm poupado ninguém, seja no setor privado, seja no setor público, e os resultados têm sido consistentes e inequívocos.

Mercadante lembrou que, no dia 24 de março, o *Jornal do Brasil* já havia publicado matéria denunciando suposta oferta de dinheiro aos parlamentares da base governista. O senador assinalou que, na época, nenhum deputado foi à Corregedoria da



RESPOSTA Mercadante destaca que "operações da Polícia Federal não têm poupado ninguém"

Câmara dos Deputados propor investigação. O parecer da corregedoria foi conclusivo e a Câmara entrou com uma representação contra o jornal.

O presidente Lula, conforme Mercadante, teria perguntado se alguém havia mencionado esses pagamentos a deputados, o que, na sua avaliação, era "algo grave". O senador disse que o presidente foi informado a respeito pelo líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia, de que havia "um boato", mas que ninguém havia se apresentado para formalizar a denúncia.

– Nenhum parlamentar sustentou essa denúncia durante

o processo aberto pela Corregedoria da Câmara. Nunca mais se ouviu nenhuma menção a esse assunto. A corregedoria deve ir a fundo na investigação, agora que há uma prova testemunhal, para que a apuração permita resolver, de forma definitiva, essa suspeição – assegurou.

Mercadante acrescentou que as informações e as providências tomadas então eram definitivas até o novo fato: a denúncia apresentada ontem. Destacando que a denúncia prejudica a credibilidade do Congresso e do governo, garantiu que "será investigada até o fim, com transparência".

– Não aceitaremos explicações superficiais a partir da denúncia de Roberto Jefferson.

Mercadante ressaltou que o governo exige a apuração das denúncias e que as respostas serão dadas sem precipitação. Ele acrescentou que essa é "uma questão ética do Parlamento brasileiro".

– Qualquer indício será apurado – acentuou.

Mercadante disse ainda que ministros do governo negam que tenham sido informados por Roberto Jefferson sobre o esquema do "mensalão".

Delcídio Amaral faz balanço positivo da ação do governo

O líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), fez ontem um balanço dos quase dois anos e meio do governo do seu partido. Ele recordou algumas matérias aprovadas no Congresso e mencionou as denúncias de corrupção ocorridas nas últimas semanas, dizendo que o governo não teme investigações e continuará combatendo a corrupção.

– Não temos medo de cortar na nossa própria carne – observou o parlamentar, referindo-se às denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e às afirmações do deputado Roberto Jefferson.

Delcídio assegurou que a honra do presidente Lula não será manchada pelas denúncias e pediu que ele tome "medidas duras" para recuperar o controle político, abalado com a derrota do governo nas eleições para a Presidência da Câmara dos Deputados.

O parlamentar argumentou que o PT combate a corrupção e destacou como exemplo a Operação Curupira, nomeado pela Polícia Federal às investigações sobre o desmatamento na Amazônia.

O senador lembrou as vitórias do governo, ressaltando a aprovação das reformas tributária e



REAÇÃO Delcídio pede a Lula que tome "medidas duras" para recuperar controle político

da Previdência, e argumentando que elas ajudaram a equilibrar as contas públicas. Ele também se referiu à reforma do Judiciário, à Lei de Biossegurança e à Lei de Falências, afirmando que eram instrumentos necessários para dar mais competitividade ao país.

Perillo se dispõe a falar o que sabe sobre Delúbio

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), voltou à tribuna na tarde de ontem para comentar as declarações do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) sobre corrupção no governo Lula. Ele também criticou o presidente nacional do PT, José Genoíno, e informou que o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), virá ao Senado prestar declarações sobre o que sabia a respeito do tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

Ao cobrar explicações mais convincentes dos integrantes do governo sobre as denúncias publicadas pela imprensa no fim de semana, Arthur Virgílio citou como um ponto negativo da reação governista a entrevista concedida ontem por José Genoíno ao programa *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo. Para o parlamentar, Genoíno respondeu de "forma patética" às perguntas dos jornalistas.

– Ele não respondeu se Jefferson sairia da base de apoio do governo – afirmou o senador.

Arthur Virgílio voltou à tribuna após o pronunciamento do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), em que este explicou a posição governista em relação às acusações de Roberto Jefferson. O líder do PSDB assegurou que seu correligionário e governador de Goiás, Marconi Perillo, atenderá ao convite que ele (Virgílio) apresentou à Mesa, para que o governador de Goiás compareça à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado (CMA).

O que se disse

"Qualquer indício, que qualquer parlamentar presente, será apurado."

Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado

"O papel de Dirceu no PT deve causar muita inveja."

Sibá Machado (PT-AC)



Agripino, Heráclito e Garibaldi cobram instalação da comissão parlamentar mista para investigar denúncias nos Correios, Sibá faz a defesa do ministro José Dirceu e do tesoureiro do PT, enquanto Capiberibe apela por demonstração de gastos na Internet

Agripino: governo está agindo como "autista"

O senador José Agripino (PFL-RN) declarou ontem que o governo federal, ao tentar impedir a instalação da CPI dos Correios, está agindo como um "governo autista", incapaz de perceber o que está ocorrendo no país. Ele disse ter ouvido de diversas pessoas, nos últimos dias, a mesma pergunta: "A CPI sai ou não sai?"

– Ouvi essa pergunta de um garçom, do filho do meu barbeiro, de um agrônomo e de um funcionário de aeroporto, em diferentes cidades – enfatizou Agripino, acrescentando: "Quem quer interpretar o sentimento do povo tem que ir às ruas".

O parlamentar ressaltou que, com as novas denúncias apresentadas, de que o governo federal pagaria mesadas para os parlamentares da sua base, o problema da corrupção "adquiriu dimensão muito maior".

– O que está em jogo com essas acusações é a compra



COBRANÇA Em todos os lugares, segundo Agripino, as pessoas lhe perguntam: "CPI vai sair ou não?"

do Legislativo pelo Executivo. É bom que o Congresso faça a sua parte – frisou, ao defender a instalação da CPI.

Em aparte, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) declarou que "a sociedade precisa de esclarecimentos". Para ele, há uma ação de "corrupção institucionalizada" dentro do próprio governo.

– E é dever desta Casa investi-

gar esses casos – defendeu.

Heráclito Fortes (PFL-PI), também em aparte, acrescentou que, "para o bem do Congresso e do Executivo, esse assunto não pode ser colocado embaixo do tapete; tem que ser apurado".

Também apoiaram o discurso de Agripino os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Mesquita Júnior (PSOL-AC).

O contraponto partiu de Sibá Machado (PT-AC). O senador afirmou que o governo tem permitido que o Ministério Público e a Polícia Federal trabalhem livremente em suas investigações. E destacou que o PT e o presidente Lula também estão indignados com as denúncias de corrupção.

Agripino encerrou seu discurso fazendo um apelo ao presidente da República para que permita a instalação da CPI dos Correios, a fim de que "não pare nenhuma dúvida sobre sua honorabilidade".

Garibaldi: é preciso agir com rigor para evitar retrocessos

"A hora é de apurar e zelar pelas instituições democráticas. A omissão poderá ser fatal tanto para o governo quanto para o Congresso." A opinião foi manifestada pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), ao defender que o presidente do Senado, Renan Calheiros, cumpra sua promessa e indique, a partir de amanhã, os integrantes da CPI dos Correios, caso os partidos não o façam.

– Sei que o presidente Lula não deixará de cumprir seu dever e vai mandar apurar tudo. Tenho certeza que o Congresso também cumprirá sua parte – opinou.

Para Garibaldi, "não há quem não esteja preocupado e todos perguntam o que vai fazer o governo, o que vai fazer o Congresso". Ele acha que a corrupção "se instalou no país" e os responsáveis devem afastar



ALERTA Segundo Garibaldi, "omissão poderá ser fatal tanto para o governo como para o Congresso"

todos os corruptos, "sem deixar nenhuma dúvida".

O senador lembrou que o Congresso festejou recentemente os 20 anos da redemocratização e os parlamentares devem agir com todo rigor para evitar que o país apresente retrocessos.

– Executivo e Legislativo não podem se eximir de suas responsabilidades – concluiu.

Para Heráclito, CPI dos Correios é indispensável

Após revelações feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) ao jornal *Folha de S. Paulo*, sobre pagamento de mensalidades a parlamentares pelo tesoureiro do PT, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) aconselhou o governo a determinar a imediata instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios.

– Agora se começa a entender a insistência de não se apurar as denúncias, mesmo que, desde o primeiro momento, se soubesse ser inevitável a



CRÉDITO Lula merece a confiança da nação, mas deve se livrar dos maus companheiros, afirma Heráclito

necessidade de uma investigação mais profunda sobre os Correios – afirmou.

Heráclito disse que o presidente Lula merece um crédito de confiança da nação, mas o aconselhou a se livrar dos maus companheiros.

Sibá elogia Dirceu e Delúbio, mas diz que PT vai agir

O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu o tesoureiro de seu partido, Delúbio Soares, acusado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de pagar uma mesada a parlamentares do PP e do PL. O senador também elogiou o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, creditando a ele a organização e o crescimento da agremiação.

– O papel de Dirceu no PT deve causar muita inveja. Graças a ele o PT tem uma votação crescente. Destruir sua reputação pode ser do interesse de muitos



ALVO Para Sibá, há muita gente interessada em destruir reputação do ministro-chefe da Casa Civil

– alegou, também enaltecendo o trabalho de Delúbio.

Ele enfatizou ser necessário apurar as acusações de Jefferson e garantiu que seu partido agiria com rigor. Heráclito Fortes (PFL-PI) disse achar "comovente" a defesa que Sibá fez de Delúbio.

Capiberibe quer gastos divulgados pela Internet

O senador João Capiberibe (PSB-AP) fez um apelo ontem ao presidente da República e às lideranças da Câmara em favor da aprovação de projeto de sua autoria que torna obrigatória a exposição pela Internet das receitas e despesas dos entes públicos. A matéria (PLS 130/03), aprovada por unanimidade no Senado, está na Comissão de Justiça da Câmara.

Neste momento em que a agenda nacional foi tomada pelo assunto "corrupção", observou, a proposta é um ins-



LISURA Projeto de Capiberibe obriga órgãos públicos a mostrarem receitas e despesas pela Internet

trumento que inova, sendo um mecanismo capaz de prevenir a corrupção, por meio do controle social pelo cidadão.

Capiberibe ressaltou que os mecanismos existentes só são acionados depois que o contribuinte já foi lesado.

O que se disse

"O que está em jogo, com essas acusações, é a compra do Legislativo pelo Executivo. É bom que o Congresso faça a sua parte."

José Agripino (RN), líder do PFL no Senado

"O momento é da maior gravidade. Executivo e Legislativo não podem se eximir de suas responsabilidades."

Garibaldi Alves (PMDB-RN)

"Não vou apequenar o Congresso nem me apequenar neste momento grave da vida nacional."

Renan Calheiros, presidente do Senado



Presidente do Senado afirma que não há motivo para retardar investigações sobre acusações de pagamento de mesada a deputados da base governista e de irregularidades nos Correios

"Sociedade exige resposta para denúncias de corrupção", diz Renan

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, afirmou ontem que as denúncias do deputado Roberto Jefferson (RJ), presidente do PTB, feitas ao jornal *Folha de S. Paulo*, são gravíssimas e que a sociedade brasileira exige resposta.

– Temos que investigar e esclarecer. Se for necessário uma CPI, que se faça. Mas essa decisão não é minha, é do Congresso Nacional – disse.

Ele enfatizou que não permitirá que maus políticos contaminem a imagem do Legislativo.

– Não vou apequenar o Congresso nem me apequenar neste momento grave da vida nacional – frisou.

Renan sustentou que também é do Congresso Nacional, e não dele, a decisão de ampliar a investigação da CPI



POSTURA "Não vou apequenar o Congresso nem me apequenar neste momento grave da vida nacional", disse Renan em defesa do Legislativo

dos Correios ou criar nova CPI para investigar as denúncias de Roberto Jefferson, de que deputados da base governista estariam recebendo do governo Lula mesadas no valor de R\$ 30 mil.

– Nunca tinha ouvido falar do "mensalão". Mas acho a denúncia muito grave, grotesca, absurda. Não vejo espaço para retardar nenhuma decisão de investigação. Qualquer requerimento com fato

determinado, com o número mínimo de assinaturas e com prazo para a investigação terá o mesmo encaminhamento. Eu tenho compromisso com a governabilidade, mas o meu compromisso vai até o limite do Regimento e da Constituição – assinalou.

O senador reafirmou que indicará os membros da CPI dos Correios no caso de os líderes partidários não escolherem seus representantes. O prazo para indicação será decidido amanhã, após reunião de Renan com os líderes dos partidos do Senado e da Câmara dos Deputados.

– Eu quero combinar o prazo da indicação com os líderes, para não favorecer o governo nem a oposição. Todos os meus passos estão sendo discutidos com eles – disse.

Câmara deve votar hoje recurso contra CPI dos Correios

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados deverá votar hoje, às 15h, recurso do deputado João Leão (PL-BA) contra a criação da comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A alegação do deputado é que não foi preenchido o requisito constitucional de "fato determinado" a ser apurado.

Até o final da manhã de on-

tem, o deputado Inaldo Leitão (PL-PB), relator da matéria, ainda não havia apresentado seu parecer à Comissão de Justiça da Câmara, o que pode fazer inclusive no momento da reunião.

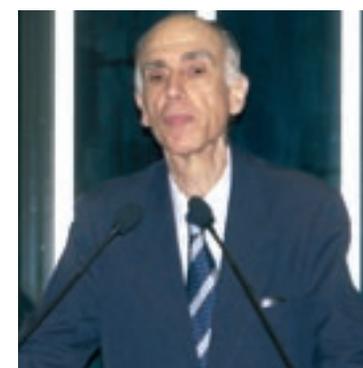
O presidente do Senado, Renan Calheiros, deve reunir-se amanhã com as lideranças da Câmara e do Senado para tratar das indicações dos nomes que integrarão a CPI dos Correios. Ele afirmou que indicará os parlamentares que vão integrar

a comissão, caso os líderes dos partidos não o façam.

No Senado, já foram indicados oficialmente para compor a CPI dos Correios os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Valmir Amaral (PP-DF), Heloísa Helena (PSOL-AL), César Borges (PFL-BA), Demostenes Torres (PFL-GO), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Sérgio Guerra (PSDB-PE). Entre os suplentes, estão José Jorge (PFL-PE), Efraim Morais (PFL-PB), Romeu Tuma (PFL-SP), Alvaro

Dias (PSDB-PR), Almeida Lima (PSDB-SE) e Leonel Pavan (PSDB-SC).

Os indicados na Câmara são os deputados Eduardo Paes (PSDB-RJ), Álvaro Dias (PDT-RN), Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), Ônix Lorenzoni (PFL-RS) e Gustavo Fruet (PSDB-PR). Para a suplência, foram indicados Kátia Abreu (PFL-TO), Murilo Zauith (PFL-MS), Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Pompeo de Mattos (PDT-RS).



LENTIDÃO Para Maciel, projetos de irrigação na caatinga estão em ritmo extremamente lento

Maciel cobra do governo mais atenção para o Nordeste

O senador Marco Maciel (PFL-PE) solicitou ontem, da tribuna, que o governo Luiz Inácio Lula da Silva dispense mais atenção à região Nordeste. Ele reclamou que obras na região da caatinga, como alguns projetos de irrigação, estão caminhando em ritmo "extremamente reduzido". O parlamentar enfatizou também a necessidade de se ter cuidado também com a preservação do semi-árido e da caatinga.

– Venho à tribuna para cobrar do governo maior atenção para o Nordeste e, de modo especial, aos projetos que se voltam para minorar o sofrimento do homem do agreste e do sertão, que sofre as conseqüências de secas prolongadas e aspira a uma melhor condição de vida – assinalou Marco Maciel.

O parlamentar pernambucano aproveitou para registrar a comemoração do Dia Mundial da Ecologia e do Meio Ambiente no último domingo. A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu a data comemorativa no ano de 1972, quando da realização da Conferência de Estocolmo, na Suécia, que foi o primeiro encontro internacional sobre a questão do meio ambiente, lembrou Maciel. O senador recordou também a realização da Eco-92, no Rio de Janeiro, "o mais abrangente encontro sobre ecologia e meio ambiente jamais realizado".

Marco Maciel enfatizou que todo dano ambiental causado pelo ser humano é pago com perda de qualidade de vida. O senador informou, baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foram devastados 26 mil quilômetros quadrados da floresta amazônica, entre agosto de 2003 e agosto de 2004.

Para Saturnino, o Brasil precisa economizar petróleo

A possível escassez de petróleo – e os cuidados que o Brasil precisa tomar para não ter surpresas – foi tema do discurso de ontem do senador Roberto Saturnino (PT-RJ). "O país deve preservar sua produção para o cenário grave que se avizinha", disse.

O senador reconheceu que, atualmente, o Brasil "está muito bem situado no contexto internacional, muito longe das ameaças que pairam sobre as

economias dos Estados Unidos, Europa e China".

– O país está à margem dos conflitos provocados pela disputa do fornecimento de petróleo. Isso se deve, em primeiro lugar, ao fantástico êxito da Petrobras, que está alcançando a auto-suficiência na produção do combustível. E, em segundo lugar, ao domínio da tecnologia de produção de combustíveis renováveis, principalmente do

etanol, mas também do biodiesel, o que foi possível graças às pesquisas incentivadas pelo governo – afirmou.

Apesar disso, Saturnino advertiu que não se podem ignorar possíveis problemas futuros. Ele se declarou contra licitações para exploração de novos campos enquanto não são feitos estudos sobre as projeções de longo prazo da matriz energética no Brasil e no mundo.



ATENÇÃO Saturnino diz que, apesar da boa situação do Brasil, não se podem ignorar possíveis problemas

Renan instala comissão para reduzir burocracia

■ Presidente do Senado apóia pedido de lideranças para votar Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

Cerca de 2 mil lideranças empresariais vão entregar amanhã aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti, pedido para aprovação, ainda este ano, da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Logo depois de receber essas lideranças, Renan assinará ato instalando comissão especial para, em 90 dias, apresentar proposta de redução da burocracia no país.

A mobilização empresarial traduz a pressa do setor para a aprovação de projeto elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (Sebrae), após consulta a mais de 6 mil pequenos negociantes.

Na opinião do presidente do Senado, é inadmissível que, “no tempo dos computadores”, o simples ato de abrir uma empresa no país requeira mais de 60 diferentes procedimentos e consuma, em média, 180 dias. Renan também considera absurdo que o brasileiro precise

Os males da papelada

Como a burocracia atrapalha o país, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros:

O simples ato de abrir uma empresa no país requer mais de 60 diferentes procedimentos e consome, em média, 180 dias.

No Brasil, há cerca de 12 milhões de pequenos empreendimentos na informalidade, que não se inserem na economia formal em razão da alta carga tributária e da burocracia.



ter números diferentes para registros civil, de contribuinte e previdenciário ou para se habilitar a dirigir um veículo. O propósito do senador é que tudo isso seja reunido num único cartão de identificação, o que considera o primeiro passo para tornar mais fácil a vida do brasileiro.

A comissão especial estudará os principais empecilhos que atualmente dificultam a vida dos cidadãos e das empresas e conduzirá seus trabalhos com a realização de audiências públicas com setores empresariais e representantes do Executivo e do Judiciário, assim como de estados e municípios.

A primeira meta da comissão de desburocratização será identificar as razões pelas quais até hoje não foi adotado um cadastro único no país, capaz

de acompanhar o cidadão desde seu nascimento até sua morte. Renan Calheiros considera inexplicável que o Brasil não consiga avançar significativamente sobre as barreiras burocráticas que dificultam a vida do cidadão.

De posse de dados do Banco Mundial, o presidente do Senado afirmou que o Brasil é um dos países mais burocratizados do mundo e destacou que o empresário despense 180 dias, em média, para cumprir todos os procedimentos requeridos para abrir uma empresa, tempo bem superior à média de 70 dias verificada nos países da América Latina e bastante distante da Austrália – país de melhor desempenho, no qual são necessários apenas dois dias para se abrir uma empresa.

Membros dos conselhos da Justiça e do Ministério Público serão nomeados amanhã

Os 15 membros do Conselho Nacional da Justiça (CNJ) e os 14 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) serão nomeados pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em solenidade marcada para as 17h30 de amanhã, no Palácio do Planalto. Os conselhos foram criados pela Emenda Constitucional (EC) 45/04, que instituiu a reforma do Judiciário, com o objetivo de exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do Ministério Público e de fiscalizar o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes brasileiros e dos procuradores do MP.

Cabe ainda aos conselhos zelar pela autonomia das instituições. Os colegiados têm também a atribuição de apreciar a legalidade dos atos administra-

tivos praticados por membros ou órgãos sob sua jurisdição, com poderes, inclusive, para rever e desconstituir tais atos. A EC 45/04 determinou ainda que esses colegiados funcionem como espaço para receber reclamações contra membros e funcionários dos Poderes que representam, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria de funcionários.

O mandato dos membros dos conselhos é de dois anos. A presidência do CNMP é do procurador-geral da República e a do CNJ será exercida pelo ministro indicado para compor o conselho pelo Supremo Tribunal Federal, no caso o presidente do Supremo, ministro Nelson Jobim.

Saiba quem indicou os conselheiros

Os membros do Conselho Nacional da Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público foram escolhidos por vários segmentos da sociedade. Dos 14 integrantes do CNMP, quatro foram indicados pelo Ministério Público da União; três pelo Ministério Público dos estados; um pelo Supremo Tribunal Federal; um pelo Superior Tribunal de Justiça; dois pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); um pela Câmara e outro pelo Senado.

Para o CNJ, três das 15 indicações foram feitas pelo STF; três pelo STJ; três pelo Tribunal Superior do Trabalho; duas pela Procuradoria Geral da República; duas pela OAB; uma pelo Senado e outra pela Câmara.

Conselho repudia censura ao livro *Na Toca dos Leões*

O Conselho de Comunicação Social enviou ontem um ofício à Mesa do Senado em repúdio à decisão do juiz da 7ª Vara Criminal de Goiânia, que determinou busca e apreensão do livro *Na Toca dos Leões*, de Fernando Morais, por ofensa ao deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO). Na obra, Morais reproduz declaração de Gabriel Zellmeister, segundo a qual, se eleito presidente da República em 1989, Caiado teria um plano de esterilizar as mulheres nordestinas para acabar com a superpopulação no país. Em nota, o conselho classificou como censura a decisão do juiz, que proibiu, sob pena de multa, manifestações do autor e da editora sobre o assunto.

O colegiado debateu ainda

o Projeto de Resolução 61/03, de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), que normatiza o envio de demandas por parte dos senadores para o conselho. Por entender que o colegiado é órgão do Congresso, os conselheiros argumentaram que o instrumento mais adequado para o estabelecimento dessas regras seria um projeto do Congresso, uma vez que, sendo do Senado, a aprovação do projeto não teria efeitos no âmbito da Câmara. Foram eleitos três representantes para discutir o assunto com Osmar Dias.

Tomaram posse no conselho o representante das categorias profissionais de cinema e vídeo, Antônio Ferreira de Sousa Filho, e o representante da sociedade civil, Paulo Marinho.



DEFESA Arnaldo Niskier (E) preside reunião do Conselho de Comunicação, que criticou decisão judicial que apreendeu obra de jornalista

Inaugurada exposição sobre preservação da vida marinha

Em comemoração à Semana Internacional do Meio Ambiente, o Senado Federal inaugurou ontem exposição sobre preservação da vida marinha, montada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

Na quinta-feira, haverá uma

visita guiada com alunos de escolas públicas e privadas para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

A visita terá início no Salão Negro do Congresso Nacional e terminará na biblioteca, onde os participantes serão recebidos pelo diretor da Secretaria de Recursos Humanos, João Carlos Zoghbi.

Agaciel recebe novos diretores da Agência, Jornal e TV Senado

Ao receber ontem em seu gabinete os novos diretores dos veículos de comunicação do Senado, o diretor-geral, Agaciel da Silva Maia, afirmou seu apoio ao setor e ressaltou a necessidade de uma eficiente estrutura de informação para que o trabalho legislativo possa ser efetuado com maior eficácia e projeção. Ele disse que a

qualidade do sistema de comunicação da Casa é reconhecida não apenas pelos senadores, mas também pela sociedade brasileira e mesmo por outros países.

Os novos diretores foram apresentados a Agaciel pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Armando Rollemberg.